

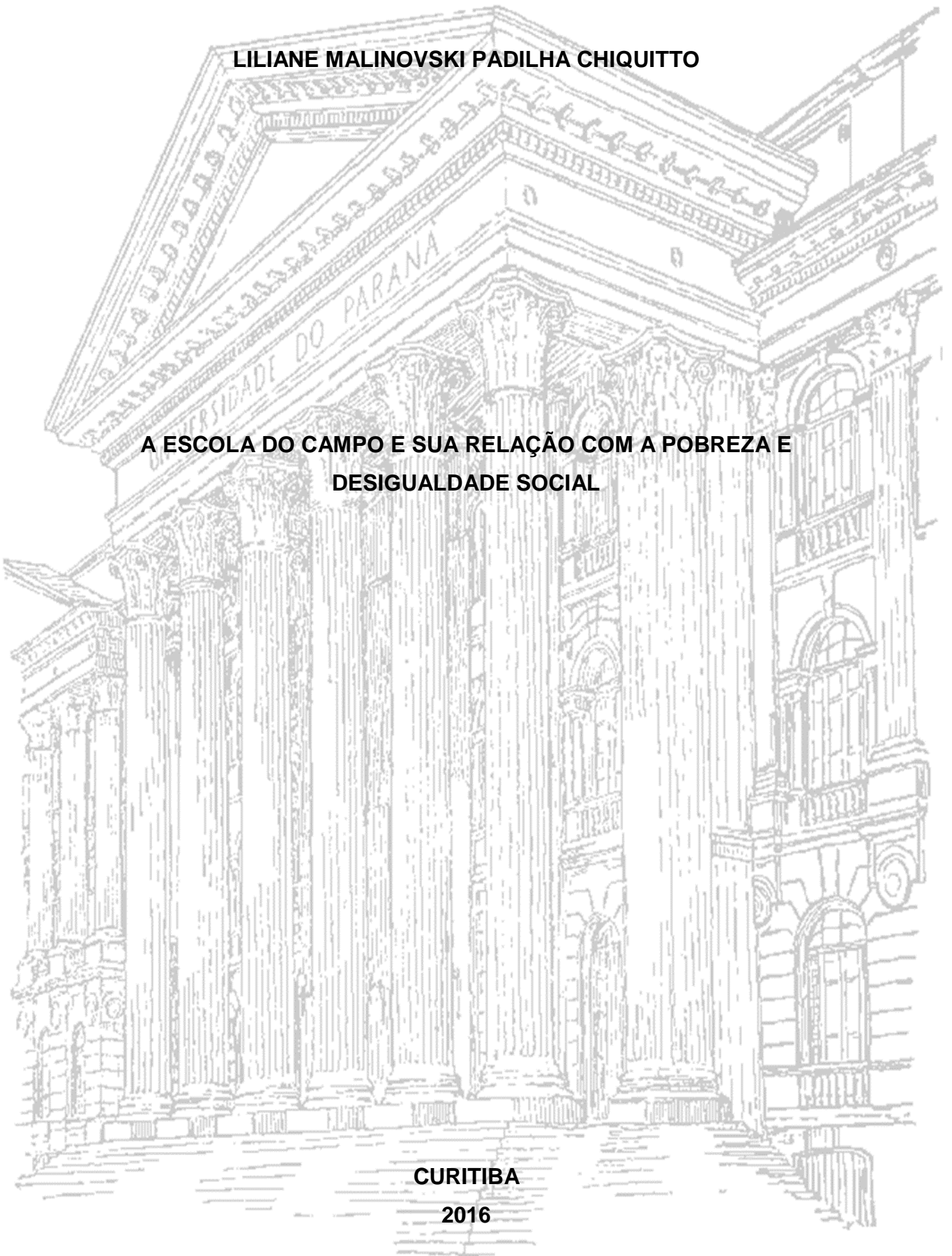
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LILIANE MALINOVSKI PADILHA CHIQUITTO

**A ESCOLA DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL**

CURITIBA

2016



LILIANE MALINOVSKI PADILHA CHIQUITTO

**A ESCOLA DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Márcia Barbosa Soczek

CURITIBA

2016

A ESCOLA DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Liliane Malinovski Padilha Chiquitto

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar como a proposta pedagógica de uma escola do campo aborda a temática da pobreza e da desigualdade social. O tema em questão está presente em vários setores da sociedade, porém recebe mais visibilidade quando ocorre nas grandes cidades e suas periferias, porém isso não significa que nas áreas rurais não se encontrem pessoas em situação precária. O foco deste trabalho é refletir sobre qual é o papel da escola do campo no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, a partir do estudo de caso e da análise documental, com base nos princípios teóricos de Dermeval Saviani (2005) e Miguel G. Arroyo (2014), e utilizando-se dos documentos oficiais da Escola do Campo Municipal Rosa Picheth, localizada no distrito de Guajuvira, município de Araucária, região metropolitana de Curitiba (PR). A problematização dessas questões faz-se necessária, tendo em vista que através de intervenções pedagógicas é possível que ocorra a transformação da realidade do principal sujeito da educação, o aluno. O que se constata nos documentos são os indicativos de que desigualdade social e pobreza devem ser discutidos no espaço escolar, não apontando diretamente para ações concretas que diminuam a parcela da população que vive nessas condições, mas possibilitando a reflexão sobre o assunto, conforme é o papel da escola, na busca de alternativas para a transformação social.

Palavras-chave: Desigualdade social. Pobreza. Escola do campo.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade social estão presentes em todos os setores da sociedade, porém recebem mais visibilidade quando ocorrem nas grandes cidades e suas periferias, por estarem constantemente na mídia. Geralmente o alcance das notícias sobre essa temática possui finalidade política, seja como forma de denúncia pela população ou como apresentação de projetos governamentais voltados à comunidade carente. A situação vivida pelas pessoas

que moram no campo acaba ficando em segundo plano, o que não significa que nas áreas rurais não se encontrem pessoas em situação de pobreza e desigualdade social. O lugar de residência é um aspecto a ser considerado, pois

[...] o pobre urbano se depara com problemas diferentes daqueles do pobre rural. Aquele, ao mesmo tempo em que está mais submetido à violência do tráfico, por exemplo, frequentemente dispõe de hospitais e escolas públicas de qualidade muito superior aos encontrados no interior. (PINZANI, REGO, 2014, p.20)

A pesquisa em questão torna-se relevante no sentido de apresentar qual o papel da escola do campo no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, através dos objetivos e concepções encontrados na sua proposta de ensino. Para que a escola contribua para o exercício da cidadania, segundo Saviani (2005, p.143), deve “possibilitar que novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais”, trabalhando com a realidade social em que vivem para a compreensão dos elementos que constituem a rede das relações sociais, permeada pela prática pedagógica que analisa a relação do indivíduo com a sociedade sob a perspectiva histórica.

Para isso, faz-se necessário analisar como os documentos oficiais tratam do assunto. Tais documentos, denominados Proposta Pedagógica e Regimento Escolar, são construídos pelo coletivo administrativo e pedagógico da escola, com base em leis federais, estaduais e municipais, entre outros documentos que norteiam o ideário educativo a ser construído e desenvolvido no interior da unidade. A Proposta Pedagógica é em resumo a identidade da escola, pois nela se estabelecem as diretrizes básicas, a linha de ensino e atuação na comunidade, formalizando um compromisso assumido por todos os envolvidos com o projeto educacional. O Regimento Escolar reúne as regras que organizam os setores administrativo, didático, pedagógico e disciplinar da instituição, e assim estabelece as normas a serem seguidas por todos os que convivem no ambiente, listando direitos e deveres a serem respeitados.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi selecionada a Escola do Campo Municipal Rosa Picheth – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Distrito de Guajuvira, localizado na área rural do município de Araucária, na região metropolitana de Curitiba – Paraná. A escolha do tema e do

campo de pesquisa partiu do envolvimento profissional com a unidade educacional citada e o processo coletivo de atualização dos documentos Proposta Pedagógica e Regimento Escolar, realizados no decorrer dos meses de março a agosto de 2016, e posterior aprovação pela Secretaria Municipal de Educação ainda no corrente ano.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A educação no campo é um movimento recente na história educacional brasileira, e que reflete um momento de confluência entre os movimentos sociais e as políticas públicas. Ele possui aspectos diferenciados que devem ser considerados no planejamento, para que o público nas áreas rurais seja atendido nas suas especificidades, pois suas características são variáveis em relação aos sujeitos que frequentam escolas urbanas. O art.28 da LDB (1996) estabelece como se dará a oferta da educação básica para a população rural:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Nesse sentido, ao reconhecer que a educação no campo possui especificidades e ao tratar com respeito a diversidade social e cultural, essas diferenças não são transformadas em desigualdades, mas sim numa amostra de que o sistema de ensino precisa se adaptar à realidade do campo, para manter o acesso universal ao conhecimento e à educação. Mas para além das divergências entre conteúdos curriculares entre campo e cidade, contamos ainda no campo com a presença de alunos em situação de pobreza, tendo em vista que

[..] o campo hoje não é sinônimo de agricultura ou de pecuária. Há traços do mundo urbano que passam a ser incorporados no modo de vida rural, assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente. Assim sendo, a

inteligência sobre o campo é também a inteligência sobre o modo de produzir as condições de existência em nosso país. (DCN, 2013, p.280)

Um traço característico da urbanização é a pobreza, que pode ser evidenciada no campo através das pessoas que buscam na área rural uma saída para a condição precária de vida, muitas vezes vivida anteriormente em áreas de periferia das grandes cidades. No campo, essas pessoas têm a possibilidade de trabalho sem a exigência de uma qualificação profissional por meio dos estudos, assim como é comum poderem contar com o benefício de moradia gratuita cedida pelo proprietário da terra.

Seja no campo ou na cidade, a pobreza afeta consideravelmente de forma negativa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas, instrumento pelo qual a qualidade do ensino ofertado é mensurada. A pobreza causa forte impacto no desempenho escolar, além de outras interferências na formação integral do aluno, que abrangem diferentes aspectos da vida do cidadão. As avaliações em grande escala desconsideram a diversidade da realidade dos sujeitos, devido a homogeneização contida no instrumento utilizado para quantificar o conhecimento. Onde há coletivos socialmente desiguais os resultados são inferiores quando comparados aos que possuem um capital cultural mais privilegiado.

Dentro da escola, a imposição da cultura é evidenciada, e a cultura em questão é a dos grupos dominantes, que se sobrepõem às outras formas, tais como da cultura popular e étnica. A cultura de todos os cidadãos passa a ser definida pela cultura dominante imposta na escola, de forma naturalizada, como se essa fosse a correta a ser aprendida por todos os cidadãos. Os resultados dessa imposição cultural são percebidos com facilidade, pois

[..] as consequências desse modelo de escola acabam sendo a exclusão e a discriminação dos grupos sociais que não se encaixam nesse perfil de cidadão: os negros, os povos indígenas, os camponeses, os pobres, os marginalizados de nossa sociedade. Os problemas que surgem em seu interior, decorrentes da diversidade cultural desses coletivos, passam a ser vistos como desvios, perturbações, como algo a ser corrigido para que a escola consolide sua rota. (LEITE, 2014, p.16)

Para que a escola possa cumprir seu papel de local de resolução de parte dos problemas relacionados à diversidade cultural, há que se pensar

também a questão da formação dos professores que atuam nas escolas, e inclusive pensar especificamente quando se trata de escolas do campo. Tais profissionais necessitam estar preparados para lidar com situações de pobreza e desigualdade social, através da problematização de questões e intervenções pedagógicas para a transformação de questões socioambientais, ressignificando as práticas de ensino voltadas à educação no campo.

A Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar são documentos produzidos pelo coletivo da escola, tanto pedagógico como administrativo, que norteiam o trabalho dos professores no cumprimento do papel que a escola tem na vida das pessoas. À medida em que as escolas são incentivadas e exigidas a tomar para si a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento, fica também sob sua guarda propor atividades e elaborar um currículo que melhor atenda aos estudantes que ali buscam a sua formação. Conforme o art. 26 da LDB (1996), o currículo da escola do campo deve ser complementado de acordo com as suas peculiaridades regionais:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Elaborar um currículo que satisfaça as necessidades dos estudantes do campo visa obter um desempenho de sucesso para todos os envolvidos nesse processo, pois para propor ações em educação é necessário entender os estudantes não só como sujeitos epistêmicos ou psicológicos, mas como sujeitos humanos, sociais e culturais. Arroyo (2014, p. 19) afirma que para que seja possível uma articulação entre pobreza e currículo, é necessário reconhecer não só os direitos dos sujeitos, mas também o dever da escola e da docência, em garantir aos sujeitos empobrecidos os conhecimentos sobre si, sobre saber-se pobre, além dos conhecimentos acumulados sobre a natureza, sociedade, espaço, história, linguagem, etc.

Ao mesmo tempo, para que possamos compreender a relação entre a pobreza e a cidadania, precisamos também elencar outros aspectos, tais como os direitos do cidadão e sua relação com a educação. É necessário considerar

que a escola pode ser simultaneamente espaço de resistência e reprodução da pobreza, mas que pode ser também um espaço de transformação dessa condição, através de como prepara o seu modelo educacional, a sua proposta de ensino a ser desenvolvida na instituição.

Quando a escola cria uma espécie de cultura comum a ser disseminada em seu espaço, compartilhando-a com todos os cidadãos, acaba submetendo os indivíduos a abandonar seus traços peculiares, deixando a diversidade cultural, étnica e social de lado. Segundo Arroyo (2014, p. 21) “os currículos escolares são escassos de experiências e significados sociais”. Foi assim que ao longo da história o processo educacional aniquilou muitas culturas tradicionais, que possuíam diferentes formas de pensar e viver o mundo, e consequentemente deixou marcas de um autoritarismo na cultura e na sociedade. Perpetuar uma educação voltada para às classes dominantes em detrimento das minorias é uma forma de reproduzir as desigualdades econômicas, sociais e políticas que ocorrem em nossa sociedade.

Crianças e jovens, pertencentes à grupos de minorias, quando adentram às escolas sentem-se inferiores por não possuírem uma cultura a ser socializada, muitas vezes suas formas de pensamento e expressão não são reconhecidas, e por ali estarem, são vistos como àqueles que devem ascender à cultura legítima para conquistarem o status de cidadão. Para que essa universalização do ensino que não favorece a valorização da diversidade e que reforça as desigualdades seja combatida, diversos movimentos sociais têm lutado contra essa padronização. Leite (2014, p.18) afirma que enquanto os coletivos lutam por mudanças na educação, “vão mostrando que a escola pode ser espaço de transformação social, comprometido a construir um mundo menos desigual, mais justo e democrático e, por isso mesmo, mais diverso”.

Muitas dessas lutas acabaram por impulsionar políticas públicas mais democráticas e a construção de uma escola pública mais colada à realidade e comprometida com a transformação social. Mas, que mudanças precisam acontecer no interior das escolas para que elas deixem de ser espaços de reprodução de desigualdades e se transformem em espaços de emancipação para esses coletivos? Buscando superar esse modelo, os movimentos sociais lutam por uma escola que dê centralidade aos sujeitos; reconheça, acolha e valorize a diversidade; dialogue com a cidade e se comprometa com a transformação social. (LEITE, 2014, p.18)

Sendo assim, uma das funções da escola na intervenção da realidade é organizar a função compensatória das desigualdades de origem, mediante a atenção e o respeito pela diversidade, através da flexibilidade, diversidade e pluralidade metodológica e organizativa, eliminando a lógica de uniformização pelo currículo, considerando diferentes ritmos, vários métodos e as experiências didáticas ofertadas pela escola. Sua responsabilidade se encontra em difundir

[...] conteúdos vivos, concretos e indissociáveis da realidade social. É o espaço social responsável pela apropriação do saber universal, pela socialização do saber elaborado às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta realidade. É considerada o melhor serviço que se presta aos interesses populares, podendo contribuir para eliminar a desigualdade social e tornar a sociedade mais democrática. (Proposta Pedagógica da Escola do Campo Municipal Rosa Picheth, 2016, p.63)

Acolher e compreender a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo educacional é ter uma vantagem na construção dessa sociedade mais democrática, almejada por todos. Primeiramente, compreender a diversidade em sala de aula já se constitui um desafio para o professor, que tem sob o seu olhar alunos com diferentes realidades e experiências socioculturais. Para trabalhar então com a heterogeneidade em sala é preciso admitir que os alunos constroem seu referencial de pensamento a partir daquilo que conhecem e vivem. Segundo Leite (2014, p.27) “atentar para a diversidade dos sujeitos significa considerar também que a escola não é um mundo à parte, mas integra um bairro, uma cidade; e esta, por sua vez, é carregada de muitas e variadas histórias”.

Dessa forma, acolher a diversidade dos sujeitos torna a vantagem pedagógica fator importante na ampliação do repertório cultural, ocasionando um resultado rico no processo de troca e interação por meio da educação. Saviani (2006, p.128) descreve a educação como o “[...] ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, tendo em vista que “[...] o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se torna homem, se forma homem [...] precisa ser educado”.

A sociedade competitiva da atualidade é injusta com grandes porções da população, resta então a escola resgatar o valor do ser humano, situando o trabalho educativo e pedagógico no contexto das práticas sociais elaborando um

currículo que contemple a totalidade do fenômeno educativo e que, efetivamente, promova a emancipação humana.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa foi a leitura da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar da Escola do Campo Municipal Rosa Picheth – Educação Infantil e Ensino Fundamental, para uma reflexão sobre como se aborda a questão da pobreza e desigualdade social nos documentos norteadores do ensino. Como referencial teórico para a análise dos dados obtidos foram utilizados alguns dos textos que integram a bibliografia deste curso de especialização, assim como outros documentos elaborados pelo MEC, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na Proposta Pedagógica destacam-se os itens que tratam dos princípios, fins e objetivos da educação, bem como as concepções de sociedade, educação, gestão, planejamento, currículo, avaliação e formação continuada. Optou-se por esse recorte na leitura em virtude do tema ser amplo e abordado de diferentes formas no planejamento referencial de várias disciplinas, descritas individualmente para cada ano dos níveis de ensino existentes na escola. Dessa forma pelo recorte, os dados obtidos na leitura abrangem a proposta de ensino de modo geral. No Regimento Escolar, a abordagem do tema pobreza e desigualdade social encontra-se restrita ao capítulo destinado à assistência complementar ao estudante. Além da leitura, tornou-se relevante a observação do espaço escolar destinado aos estudantes, bem como a descrição do público que o frequenta.

Com base na leitura dos documentos e do referencial teórico, complementados pela observação do espaço físico da escola, construiu-se a reflexão sobre a pobreza e desigualdade social sob o ponto de vista da instituição selecionada como campo de estudo dessa pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A Escola do Campo Municipal Rosa Picheth fica localizada no interior do município de Araucária, distante cerca de 15 km do centro da cidade. Suas

origens estão no início do século XX, mais precisamente em 1902, quando a Vila de Guajuvira foi contemplada com uma escola denominada Escola Pública Mista de Guajuvira, visando atender, principalmente, uma comunidade de famílias trabalhadoras, que até então, não tinham oportunidade e por isso não desenvolviam o hábito de encaminhar e incentivar os filhos para os estudos, uma vez que estes, na maioria das vezes, “trabalhavam” em diversas frentes, ajudando, desde muito cedo, no sustento da família.

No início, eram turmas multisseriadas e geralmente numerosas, sempre acima de 60 alunos, para as quais além da instrução formal, ministrava-se a formação integral e religiosa, oportunizando o acesso às várias instâncias culturais da sociedade, para estimular a autonomia dos educandos em sua formação como cidadãos. Como forma de reconhecimento do mérito dos serviços prestados pela professora e líder comunitária Rosa Raimundo Picheth, que se dedicou por 33 anos ao magistério na instituição, a escola passou a denominar-se Escola do Campo Municipal Rosa Picheth – Educação Infantil e Ensino Fundamental, como forma de manutenção da tradição da comunidade.

Desde sua fundação a Escola sempre foi mantida pelo governo do Estado do Paraná. Em 1978, a Prefeitura Municipal de Araucária construiu uma nova sede para a escola no terreno cedido pelo então governador do Estado do Paraná, Ney Amintas de Barros Braga, que, a partir de então, passou a ser mantida pelo município. A escola já teve várias sedes, e atualmente, conta com uma estrutura de 12 salas de aula e demais dependências, que compõem o espaço escolar para atender as demandas que tem aumentado com o passar dos anos. A atual estrutura foi disponibilizada em 10/05/2000, vista como necessária à Consolidação das Escolas Rurais Multisseriadas iniciada em 1991, e ainda, para atender também a exigência da municipalização do ensino das séries iniciais.

Assim, a Escola do Campo Municipal Rosa Picheth pertence às chamadas escolas rurais consolidadas, que reúnem várias escolas isoladas e multisseriadas numa escola maior e central, com transporte público para os educandos e para professores. Com o processo de consolidação das escolas rurais, várias comunidades foram atendidas. Tal processo envolveu no município 22 escolas, que se consolidaram em três escolas rurais de grande porte, entre

elas a Escola do Campo Municipal Rosa Picheth, que reuniu o público oriundo de 13 escolas isoladas e multisseriadas localizadas nas comunidades próximas.

Estima-se, quanto à localização, uma média de 35 km para as moradias mais distantes, com duração aproximada de até uma hora para se percorrer o caminho da casa do educando até a escola. Apesar de estar localizada em área rural e cercada por propriedades agrícolas, não se faz necessária a adaptação do calendário letivo, pois as culturas desenvolvidas na região não interferem no andamento das atividades escolares. Atualmente a Escola atende aproximadamente 500 alunos, nos períodos matutino e vespertino, matriculados na Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental.

Na caracterização sócio econômica da comunidade escolar, podemos constatar que apenas 40% das famílias dedica-se à agricultura, as demais desenvolvem atividades variadas. Cerca de 30% dos pais trabalham com registro em carteira, em diversas funções, e o restante divide-se em autônomos, trabalhadores sem registro em carteira, microempreendedores individuais, servidores públicos e aposentados.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, pouco mais de 25% deles possui o Ensino Médio completo. A maioria possui diferentes graus de estudo, que ficam entre o Ensino Fundamental completo ou incompleto, menos de 1% não possui escolarização, e uma média de 5% apenas possui ensino superior completo. Percebe-se pelo nível de instrução dos pais que a educação é algo importante para a formação do cidadão, pois mesmo que nem todos possuam níveis de ensino completo, quase a totalidade deles possui algum período de instrução formal ofertado pela escola pública. Quando questionados por meio das entrevistas durante a atualização da Proposta Pedagógica, muitos pais registraram o desejo de que os filhos avancem nos estudos e cheguem ao ensino superior, para conquistar melhores condições de vida, até mesmo deixando o campo se for necessário.

A renda das famílias atendidas pela escola gira em torno de um salário até mais de quatro salários mínimos, porém é uma parcela de apenas 5% que possui a maior renda. O restante divide-se de maneira equilibrada entre um, dois ou três salários mínimos. Além da renda própria, uma parcela de 8% das famílias recebe benefícios do governo, como o Bolsa Família, e 1% recebe o vale-leite.

A breve descrição dos dados a respeito da escolaridade e da renda nos permite constatar que os dois fatores estão diretamente relacionados na vida dos sujeitos. A maioria da população atendida pela Escola ganha o necessário para manter a família, e uma pequena parcela necessita de benefícios do governo para poder satisfazer as suas necessidades básicas. Isso demonstra que a pobreza está presente também no campo, tanto quanto nas cidades, assim como se mantem a crença de que a escola pode transformar a vida do sujeito, melhorando a qualidade de vida e proporcionando ganhos financeiros maiores.

Os níveis de escolaridade do campo inferiores aos da cidade podem ser justificados pelo seguinte fato: o modo de viver da agricultura necessita de horas de trabalho árduo, muitas vezes inclui o trabalho infantil, e isso aumenta a evasão dos estudantes no meio rural, por isso o resultado de baixa escolaridade. É um número pequeno de sujeitos que vai adiante nos estudos e chega ao nível superior, e conseqüentemente essa pequena quantidade de sujeitos talvez seja a que possui um nível de renda um pouco mais elevado, se considerarmos o pressuposto de que quanto mais estudo, melhores são os ganhos.

A pesquisa sócio econômica é necessária para que se conheça o grupo atendido pela escola, para que ela entenda suas origens e faça uso dos dados para o planejamento de suas ações. Reconhecer a memória do grupo, suas raízes e tradições pode ajudar os sujeitos escolares a valorizar seus antepassados, para que se tenha uma visão crítica sobre o fato de 'ser da roça' e aprender com o passado a como projetar o futuro, através da educação.

A concepção de educação do município se baseia na Pedagogia Histórico Crítica, tendo como principal teórico Dermeval Saviani. Como outras tendências progressistas, ela se detém na função transformadora da educação em relação à sociedade, sem deixar de lado o processo de construção do conhecimento com base nos conteúdos acumulados pela humanidade. Após a leitura integral dos documentos selecionados para a reflexão, notou-se que a referência à pobreza e desigualdade social é pequena. No decorrer dos textos, a percepção que se tem do tema é de que ao mesmo tempo em que é importante debatê-lo nas salas de aula, pouco ainda é feito.

Os textos teóricos que tratam das concepções necessárias para a composição da Proposta Pedagógica abordam minimamente o tema da pobreza, utilizando-se de outros termos mais gerais para fazer referência a ela e demais

problemas de desigualdades sociais. A palavra pobreza é citada apenas três vezes, em um documento de mais de duzentas páginas. A citação direta aparece em dois momentos: quando se trata da profissão dos pais, relacionada à descrição do público de alunos atendidos pela escola; e na concepção de infância e criança, ao citar o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos nele contidos.

Ao buscarmos o termo desigualdade, encontramos o número de dez entradas no texto. Em quatro delas, o trecho referia-se à desigualdade social, em três à étnico racial, e as demais referiam-se às desigualdades de renda, regional e em situações dentro da instituição escolar. As referências relacionadas à desigualdade no texto da Proposta Pedagógica abordam os dois lados do problema. Assim como é descrita no texto a sociedade de hoje em dia, pautada no individualismo e em valores efêmeros, causando situações desiguais cada vez maiores e frequentes, aponta-se também a escola como alternativa viável de combate à essas desigualdades.

O texto da Proposta Pedagógica que trata da função social da escola define a instituição como o local onde a socialização e a humanização devem ocorrer para efetivar a função educativa da escola pública. A reprodução conservadora do status quo e as aquisições históricas já estão consolidadas no processo de socialização, de forma que a projeção necessária aponta para a mudança, o progresso e a transformação social, como forma de sobreviver e enriquecer a condição humana, em um processo de humanização apoiado no conhecimento sistematizado, capaz de promover o desenvolvimento dos estudantes, mediando criticamente o conhecimento, como forma de suprir as exigências e necessidades sociais, econômicas e políticas do mundo em que estão inseridos.

A escola está imersa no processo de reprodução e mudança, e com isso possui a função de utilizar o conhecimento social e historicamente construído como ferramenta de análise para compreensão das influências da sociedade, ofertando o espaço adequado e de relativa autonomia para que o indivíduo se desenvolva para a vida adulta. A concretização desse processo se pauta em dois eixos de intervenção: primeiramente, organizar as experiências didáticas ofertadas pela escola, respeitando a diversidade de metodologias e o currículo, para em seguida reconstruir os conhecimentos, as disposições e a conduta que

a criança assimila em sua vida, preparando os indivíduos para um pensamento crítico e voltado para ações democráticas dentro da sociedade. Dessa forma, o papel social da escola é valorizado na sociedade por ser uma instituição capaz de edificar uma nova realidade, mais justa, humana e democrática.

Na leitura do Regimento Escolar, são vários os artigos que garantem aos estudantes o direito de acesso à educação pública e gratuita, assegurando-lhes a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes meios para progredir no trabalho e na carreira acadêmica, através de um ensino sem discriminação ou segregação. A articulação do trabalho com as famílias e a comunidade, produzindo meios de integração da escola com a sociedade, também é garantida no Regimento. O art. 8, do capítulo IV, denominado Princípios, Fins e Objetivos Da Unidade Educacional, resume o papel da escola na vida do indivíduo:

Art. 8º- A Educação na Escola tem por objetivo a formação do estudante com uma consciência social, crítica, solidária e democrática, onde o estudante perceba-se gradativamente como agente ativo do processo de aquisição e construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, através da ampliação e recriação de suas experiências, da sua articulação com o saber organizado e da relação da teoria com a prática, respeitando-se as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na escola pública, modalidade do campo. (Regimento Escolar da Escola do Campo Municipal Rosa Picheth, 2016, p.4).

No entanto, as referências a pobreza e desigualdade social mais explícitas são encontradas no capítulo III, nomeado “Da assistência complementar ao estudante”. O primeiro artigo do capítulo citado trata da assistência complementar oferecida pelos serviços públicos do município e outros planos e programas sociais que visam a proteção da família e da infância, das crianças e adolescentes carentes, da habilitação, reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência à vida da comunidade, do transporte escolar gratuito e da assistência à saúde.

Na sequência, o segundo artigo descreve todos os tipos de atendimento oferecidos pelo Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial, e por fim, o terceiro artigo trata dos estudantes comprovadamente em situação de risco ou vulnerabilidade social, e demais situações correlatas que comprometam sua integridade física ou moral, que

recebem o apoio da Rede de Apoio e Proteção à Criança e ao Adolescente, com as providências e encaminhamentos necessários.

A seção “Da assistência social” constitui-se de três artigos, que se referem ao conjunto de serviços na área da saúde, alimentar, sócio econômica e sócio educacional, que são garantidos aos alunos da rede municipal, caso necessitem, do encaminhamento aos serviços de saúde do SUS, e da inclusão das famílias necessitadas em programas sociais federais, como Bolsa Família e Leite das Crianças, além dos programas de assistência social do município.

Percebe-se assim que o Regimento Escolar garante que, se há indivíduos em situações precárias devido à pobreza e desigualdade social, e que necessitam dos serviços de assistência social, serão atendidos dentro das possibilidades existentes no serviço público municipal e dos programas sociais. Além disso, o texto do documento corrobora a proposta de ensino contida na Proposta Pedagógica, onde se tem a escola como ponto de referência para a democratização de conhecimentos, inserindo as pessoas numa visão mais crítica da sociedade, capaz de superar as desigualdades causadas pela sociedade historicamente excludente, através da articulação do processo de ensino-aprendizagem voltado para a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a educação não é neutra, que ela pode ter várias perspectivas e por isso precisa ser pensada coletivamente, para que cumpra sua função com a transformação social. A escola é uma instituição importante que necessita se posicionar diante das desigualdades, e que se envolve na luta para combater as injustiças, buscando ao lado dos movimentos sociais construir uma sociedade mais justa e democrática. Suas práticas, sua cultura e sua relação com a sociedade devem ser repensadas, para que a formação dos indivíduos que passam por ela seja em suas múltiplas dimensões.

A educação deve abranger o estudante nos aspectos intelectual, social, físico e emocional. Deve situá-lo no âmbito do contexto sócio cultural, definindo o ato educativo para a formação da autonomia e emancipação humana, não meramente adaptando os indivíduos à sociedade, mas formando cidadãos

críticos que reflitam sobre a condição atual e se comprometam a superar as limitações que lhes foram impostas ao longo da vida.

O planejamento das ações educativas contido na Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar necessita da determinação dos sujeitos envolvidos no processo, para que não sejam apenas documentos com grandes finalidades, mas sim objetivos a serem alcançados em um trabalho de equipe, de forma que as metas traçadas indiquem também os caminhos viáveis para a realização do trabalho educativo, unindo estudantes, família, escola, comunidade, sociedade.

A pobreza e a desigualdade social são fenômenos que integram a sociedade e que impedem os indivíduos de terem acesso à uma vida mais digna. Por meio da educação podemos buscar ações que transformem essa realidade, diminuindo as diferenças e possibilitando que os cidadãos se conscientizem e saibam lutar por seus direitos. Através de um modelo educacional que enxergue a pobreza e as desigualdades, é possível formar indivíduos que exerçam a cidadania, buscando uma sociedade mais justa e igualitária, que não fique só no plano da idealização, mas torne-se realidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação**. Brasília: MEC, 2014.

_____. **Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

ESCOLA DO CAMPO MUNICIPAL ROSA PICHETH. **Proposta Pedagógica**. Araucária, 2016.

_____. **Regimento Escolar**. Araucária, 2016.

FORTES, Erasmo. **Módulo II - Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Brasília: MEC, 2014.

LEITE, Lucia Helena Alvarez. **Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. Brasília: MEC, 2014.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Módulo I – Pobreza e Cidadania**. Brasília: MEC, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38ª Edição. Campinas, SP: Cortez-Autores Associados, 2006.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações sobre a natureza e a especificidade da educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.